

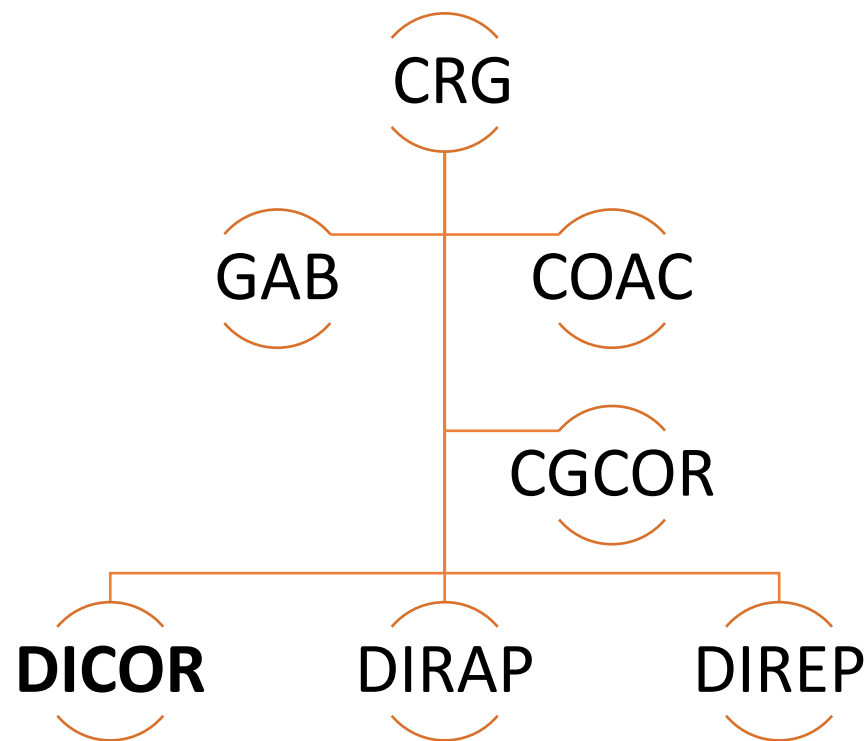
Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# **Encontro de Unidades Correcionais de Empresas Estatais**

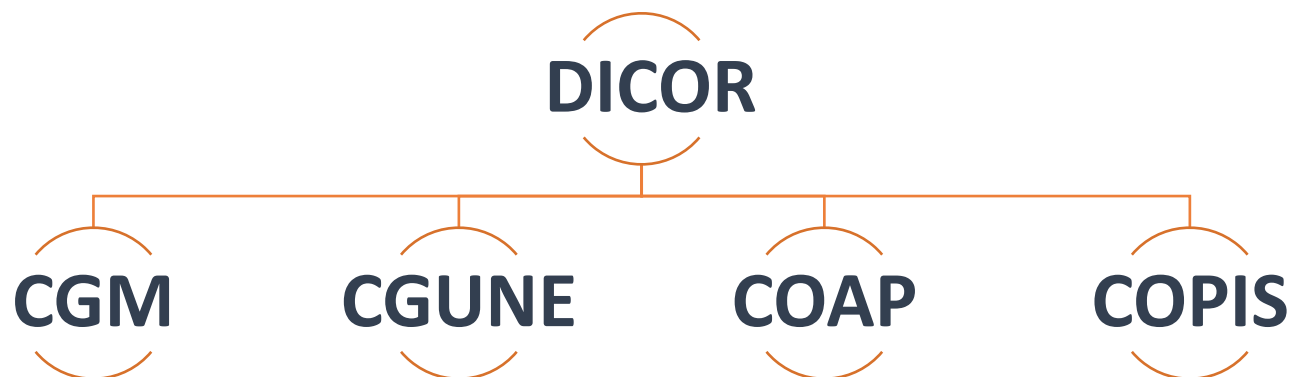
Salvador - 24 e 25 de outubro de 2022

## Nova estrutura regimental da Corregedoria-Geral da União

[DECRETO Nº 11.102, DE 23 DE JUNHO DE 2022 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)



## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos – Diretoria de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal



## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos **Competências (Portaria 3.553/2019)**

**Art. 49. À Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos - CGUNE compete:**

- I - propor elaboração de atos normativos, orientações e padronização de entendimentos relacionados à atividade correcional;**
- II - coordenar a elaboração e a atualização de manuais e orientações acerca da atividade de correição no Poder Executivo federal;**
- III- coordenar estudos para o aprimoramento da atividade correcional;**
- IV - compilar e disseminar a jurisprudência em matéria correcional;**
- V - promover a capacitação de agentes públicos em matéria correcional; e**
- VI - responder a consultas relacionadas a matéria correcional.**

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

## **CAPACITAÇÕES**

- **Processo Administrativo Disciplinar - PAD**
- **Processo Administrativo Sancionador - PAS**
- **Processo de Responsabilização de Entes Privados - PAR**
- **Lei Geral de Proteção de Dados, voltada à área correcional - LGPD**
- **Investigação Preliminar Sumária - IPS**
- **Termo de Ajustamento de Conduta - TAC**
- **Sindicância Patrimonial - SINPA**
- **Treinamentos em E-PAD**

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos  
**CAPACITAÇÕES**

- Turmas abertas
- Turmas fechadas
- Oficinas semanais sobre E-PAD
- Solicitações encaminhadas a [crg.cgune@cgu.gov.br](mailto:crg.cgune@cgu.gov.br)

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Atos Normativos, Orientações e Manuais

- **Portaria Normativa CGU n. 27, de 11 de outubro de 2022**

Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Revoga a Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018.

Incorpora normas sobre Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, Investigação Preliminar Sumária – IPS, indicação de titular de unidade setorial de correição, videoconferência e uso de recursos tecnológicos para comunicações processuais.

Em breve! Live sobre a nova portaria que regulamenta o SISCOR e a atividade correcional.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Atos Normativos, Orientações e Manuais

- **Decreto n. 11.129, de 11 de julho de 2022**

Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Revoga o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

**FAQ:** <https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/faq/faq-decreto-no-11-129-de-11-de-julho-de-2022>

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

## Atos Normativos, Orientações e Manuais

- **Portaria Normativa CGU n. 19, de 22 de julho de 2022**

Dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.

Competência de atuação exclusiva da CGU: Nota Técnica nº 2036/2022/COREP2.

FAQ: <https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/faq/portaria-julgamento-antecipado>

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

## Atos Normativos, Orientações e Manuais

- **Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022**

Delega competência para a prática de atos administrativo-disciplinares.

**FAQ:** <https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/faq/decreto-que-amplia-as-delegacoes-para-julgamento-de-processo-administrativo-disciplinar-pad>

**LIVE:** [Orientações sobre o novo decreto nº 11.123 2022-20220801 151325-Gravação de Reunião.mp4](#)

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Atos Normativos, Orientações e Manuais

**Manual de Responsabilização de Entes Privados**

Edição de abril de 2022.

**Manual de Processo Administrativo Disciplinar**

Edição de maio de 2022.

**Atualizações em breve!**

- **Manual de Legislação aplicável à Sindicância Patrimonial – SINPA**
- **Orientações para Implantação de Unidades de Corregedoria nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal**
- **Cartilha com orientações sobre o tratamento correccional de assédio sexual e moral**

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Nota Técnica nº 1766/2021/CGUNE/CRG

Competência para apuração de irregularidades supostamente cometidas por membro da Diretoria Executiva de estatal.

Ausência de competência do Ministério supervisor para apuração de eventuais ilícitos praticados por empregados públicos ou dirigentes vinculados à estatal.

Sem regulamentação específica sobre a apuração de irregularidade perpetrada por membro da Diretoria Executiva, caberá a instauração de processo administrativo, fundamentado na Lei nº 9.784, de 1999, por parte do Conselho de Administração da estatal ou diretamente por esta Corregedoria-Geral da União.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Nota Técnica nº 2966/2021/CGUNE/CRG

Competência para apurações que envolvam o Presidente, Diretores e/ou membros de órgão colegiado de estatais.

Inviabilidade de fazer constar em norma interna da Estatal a atribuição de competência à CGU para apuração de eventuais irregularidades praticadas por Presidente, Diretores e/ou membros de órgãos colegiados.

Possibilidade de inclusão na norma da estatal de disposição que determina o envio dos casos acima à CGU.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Nota Técnica nº 2508/2022/CGUNE/CRG

Consulta sobre a possibilidade de cumulação das funções desempenhadas na unidade setorial de correição e instauração e acompanhamento de Tomada de Contas Especial.

Entendimento CRG no sentido de que as unidades setoriais de correição preferencialmente exerçam exclusivamente atividades correcionais.

Possibilidade excepcional de cumulação de funções na estrutura organizacional da unidade setorial de correição, desde que haja justificativa plausível, consulta prévia ao Órgão Central e atenção à promoção da segregação das funções acumuladas.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Nota Técnica nº 486/2022/CGUNE/CRG

Atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito pelo agente público: cabe à Administração o ônus de demonstrar a incompatibilidade da evolução do patrimônio ou renda do agente público, sem a necessidade de evidenciar o nexo causal entre a conduta responsável pelo acréscimo desproporcional e o exercício do cargo público para a configuração do ato de improbidade.

**Importante!** STF decide que mudanças na lei de improbidade não retroagem para condenações definitivas!

(<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=492606&ori=1>)

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Despacho CGUNE/CRG 2346851

Competência para instauração de processo disciplinar no caso de empregado público cedido.

Competência concorrente entre os órgãos cedente e cessionário.

A apuração de atos irregulares atribuídos em tese a empregado público cedido deve preferencialmente ocorrer no âmbito do órgão cessionário, nos termos da Nota Decor/CGU/AGU n. 16/2008-NMS, com vistas a facilitar a coleta de provas. Quando concluída a apuração, os autos devem ser remetidos ao órgão cedente para a realização do julgamento do feito.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

**Nota Técnica nº 627/2022/CGUNE/CRG e Parecer nº 282/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU**

“A contagem dos prazos prescricionais nos casos em que não há procedimento correcional acusatório regularmente instaurado deve levar em consideração a suspensão determinada no parágrafo único do art. 6º-C, de 120 dias (de 23 de março a 20 de julho de 2020), tendo em vista que a Medida Provisória nº 928/2020, além de paralisar de forma equânime o andamento dos processos punitivos sem impor ônus maior a qualquer uma das partes, dilatou o prazo para o regular tratamento das notícias de supostos ilícitos funcionais pelos órgãos e entidades, também prejudicado em virtude da pandemia”.

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

## **Consultas em matéria correcional**

**Nota Técnica nº 1514/2022/COREP**

Possibilidade de aplicação de sanções de inidoneidade em processos administrativos sancionadores - PAR, quando as irregularidades apuradas decorrerem de relação contratual regida pela Lei 8.666/1993 e, portanto, antes da vigência da Lei nº 13.303/2016.

Consulta encaminhada para CONJUR/CGU.

Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

## Consultas em matéria correcional

**Nota Técnica nº 1766/2022/CGUNE/CRG**

Andamento de ações correcionais em virtude de desestatização de empresa estatal.

Com a desestatização, a empresa estatal torna-se companhia privada comum e afastam-se as normas administrativas para regência dos contratos de trabalho.

Necessidade de finalizar apurações correcionais.

Processos investigativos e acusatórios não finalizados devem ser remetidos ao ministério supervisor.

## Coordenação-Geral de Uniformização de Entendimentos

# Consultas em matéria correcional

### Nota Técnica nº 2036/2022/COREP2

Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022: procedimento de julgamento antecipado do mérito nos PAR's instaurados ou avocados pela Controladoria-Geral da União - CGU.

O julgamento antecipado tem aplicação limitada aos PAR's instaurados ou avocados pela CGU.

Impossibilidade de regulamentação pelas unidades setoriais de correição: competência para editar regulamentações especiais sobre a sistemática negocial disposta no Art. 16, § 2º, da Lei nº 12.846, de 2013, a exemplo da Portaria Normativa CGU nº 19, de 2022, é exclusiva da Controladoria-Geral da União.

# OBRIGADA!

[crg.cgune@cgu.gov.br](mailto:crg.cgune@cgu.gov.br)